

Moratória provoca novo prejuízo

Washington — Outro grande banco norte-americano seguiu ontem os passos do Citibank, Bank of America e Continental Illinois, prevenindo os organismos de regulamentação que poderia ser obrigado a reclassificar seus empréstimos ao Brasil, caso seja prolongada a moratória declarada em 20 de fevereiro.

O Marine Midland Bank anunciou a comissão de câmbios e valores que seus lucros poderiam ser afetados se o prolongamento da moratória o obrigar a reclassificar seus empréstimos a médio e longo prazos com o país como "no performing" ou inoperantes.

O anúncio foi na véspera do final do primeiro trimestre, quando se espera a reação dos bancos a um telex enviado semana passada pelo presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Gros, pedindo aos credores que mantenham abertas por 60 dias as linhas de crédito interbancárias e co-

merciais de curto prazo, que somam 15 bilhões de dólares e estão cobertas por um acordo que vence hoje.

No informe que submeteu ao organismo de regulamentação, o Marine Midland disse que não sofrerá 'nenhum impacto material' em seus lucros de 1987 se for realizado um acordo entre o Brasil e seus bancos credores para normalizar os pagamentos antes de setembro. Caso contrário, o banco acredita que seus ganhos em 1987 serão reduzidos em cerca de 22 milhões de dólares.

PREMATURO

O Marine Midland considera 'premature' reclassificar os empréstimos brasileiros neste momento e diz que 'não tem planos' para acelerar o processo de reclassificação. Normalmente, os empréstimos são rebaixados a "no performing" quando os pagamentos do juros têm atrasos de 90 dias.

O banco informou que

seus empréstimos ao Brasil totalizavam 653 milhões de dólares até 31 de dezembro, dos quais 359 milhões são a médio e longo prazos.

No dia 13 de março o Citibank anunciou igualmente a possibilidade de reclassificar seus empréstimos brasileiros caso se prolongue a moratória, informando que seus empréstimos eventualmente afetados somam 3,6 bilhões de dólares.

A reclassificação dos empréstimos afeta os ganhos dos bancos por impedi-los de contabilizar ingressos por juros ganhos, mas não cobrados. A classificação como "no performing" obriga a contabilizar os juros somente quando já estão efetivamente pagos.

A eventual reclassificação dos empréstimos brasileiros dificultaria as negociações do Brasil para o refinanciamento de sua dívida bancária de quase 70 bilhões de dólares, além de dificultar a obtenção de novos empréstimos.